

O CONFLITO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos¹
Ana Flávia Pucci Fleury Watanabe²



Fonte: Blondel (2008).

A República Centro-Africana (RCA) está localizada no centro do continente africano, uma região bastante tumultuada pelas suas fronteiras com a República Democrática do Congo (RDC), Sudão, Sudão do Sul e Chade. É um país que conquistou sua independência em 1960, rompendo com as heranças coloniais francesas, e que busca estabelecer sua política de forma autônoma. Devido aos sucessivos governos autoritários, a rápida fragmentação dos grupos beligerantes e a falta de capacidade do aparato estatal, a RCA tem sua história marcada por instabilidades de governança, econômicas, problemas de corrupção e falta de infraestrutura.

Apesar de ser uma região rica em recursos naturais como petróleo, urânio, terras férteis e diamantes, a RCA é um dos países mais pobres do mundo, com conflitos internos que preocupam a comunidade internacional. Ademais, é um país pouco estudado especialmente no Brasil, mesmo tendo uma das mais longas operações de paz já existentes, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da RCA (MINUSCA), vigente desde 2014 (SMITH, 2015).

¹ Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais ‘San Tiago Dantas’ (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

² Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Uberlândia (PPGRI UFU).

Vale ressaltar que os eventos anteriores à eclosão do conflito de 2013 são, em grande parte, advindos das características da estrutura política da RCA. Golpes de Estado e a necessidade imperativa de governantes e das elites políticas buscarem o reconhecimento da soberania por meio do apoio de outros Estados criaram uma relação de dependência com a França e países vizinhos como o Chade. O suporte negociado aprofunda as relações de dependência e não possibilita o desenvolvimento do país. Além disso, a interferência francesa na política centro-africana é responsável por várias decisões internas na qual a França buscava proteger seus próprios interesses econômicos e políticos (LOMBARD, 2014; SCHMIDT, 2013).

Outra característica é a ausência da capacidade de monopolizar o uso da força dentro do país, já que os grupos beligerantes controlam regiões periféricas onde o serviço público não tem acesso ou não quer intervir, como por exemplo a região norte. Destaca-se também que os grupos armados se mantêm ativos devido ao controle de estradas e de locais ricos em recursos naturais (LOMBARD, 2014).

A independência da República Centro-Africana foi liderada pelo Padre Barthélemy Boganda que fundou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN). Ele seria o primeiro-ministro do país, no entanto, com sua morte, o professor Abel Goumba assumiu a liderança. Seu governo não durou muito tempo, já que o ministro do interior David Dacko conseguiu apoio político e se tornou o novo chefe de Estado, por meio de um golpe (SMITH, 2015).

Já em 1964 aconteceram as primeiras eleições, as quais tinham apenas Dacko como candidato e ele mesmo se reelegeu. Porém, com um regime autoritário, corrupto e com a insatisfação francesa por ter sido retirada do monopólio de exploração de diamantes, um novo golpe foi executado pelo coronel Jean-Bédél Bokassa em 1965. Seu governo realizou o pouco de desenvolvimento e infraestrutura no país, mas foi considerado um dos mais autoritários, pois Bokassa se autointitula imperador vitalício da África Central com apoio da França (SMITH, 2015; SCHMIDT, 2013).

Com os abusos e atos de repressão, a França passou a vê-lo como uma ameaça para os seus interesses na região. Assim, os franceses retiraram seu apoio a Bokassa e devolveram o governo para Dacko, com a justificativa de reconduzir o mandato interrompido em 1965. Dacko permaneceu no poder até as eleições seguintes em 1981, a qual venceu novamente, porém, a oposição liderada por André Kolingba executou outro golpe de Estado (SMITH, 2015).

Logo no início do seu governo, Kolingba suspendeu a Constituição vigente e eliminou a oposição política. Ademais, teve uma gestão marcada pelo nepotismo ao delegar poderes a seus familiares e favorecer cargos para seu grupo étnico, os Yakoma. Seu governo entrou em declínio com o fim da Guerra Fria, visto que as potências ex-colonizadoras, como a França, mudaram sua postura e se comprometeram com a democratização das ex-colônias (ICG, 2007; WOHLERS, 2015).

Kolingba ficou no poder até 1993, quando ocorreram as primeiras eleições legislativas e presidenciais livres, monitoradas pela França, na qual Ange-Félix Patassé se elegeu presidente da RCA. Apesar de ser um novo governo, as atitudes e atividades de Patassé não foram diferentes dos anteriores chefes de Estado. Por exemplo, logo no início ele retirou os Yakoma do poder e passou os cargos para seu grupo étnico, os Sara-Kaba. Essas atitudes impulsionaram o aumento das disputas entre os grupos (SMITH, 2015).

O governo de Patassé é considerado um dos mais sangrentos da época, devido ao favorecimento étnico, além dos salários atrasados dos servidores que provocaram três motins em 1996, os quais causaram a destruição da infraestrutura nacional. Em consequência das rebeliões, o presidente ordenou que a guarda presidencial interviesse, ocasionando mais mortes. Com a insegurança instaurada no país, houve uma intervenção militar da França para proteger os franceses (ICG, 2007).

Em 2001, houve uma tentativa de assassinato contra Patassé, que acusou o chefe das Forças Armadas Centro-Africanas (*Les Forces Armées Centrafricaines*, FACA), o general Françóis Bozizé. O general executou mais um golpe de Estado em 2003 com apoio do Chade, do Congo e de Gabão, que forneceram armamentos militares e retiraram Patassé do poder (ICG, 2007; SMITH, 2015).

O início do seu governo acalmou as tensões no país, além de ser reconhecido pela comunidade internacional com a perspectiva de restabelecer a capital Bangui. Todavia, semanas depois, Bozizé passou a praticar nepotismo, corrupção e repressão contra a população. Mesmo assim, ele foi eleito presidente em 2005, mas desde então foram desencadeadas diversas rebeliões armadas e violência em larga escala resultando no ápice do conflito. As tensões aumentaram também quando o partido de Bozizé alegou vencer as eleições de 2011 mais uma vez, porém a população afirmava que o pleito havia sido fraudado (SMITH, 2015; LOMBARD, 2016, OLIN, 2015).

Em 2012, o governo de Françóis Bozizé realizou prisões arbitrárias com o argumento de uma possível elaboração de golpe de Estado pela oposição. Após esse episódio, surgiu a coalizão rebelde Séléka, constituída por maioria muçulmana vinda do

norte da RCA, a qual estava insatisfeita com o governo. Os motivos para sua origem podem também ser relacionados aos elementos étnicos e aspectos regionais, uma vez que não se governa para além da capital Bangui, deixando de fornecer serviços para as regiões Norte e Leste, resultando em desigualdade e marginalização. Dentre seus objetivos, constava a retirada do presidente do poder, assim como a procura por terras férteis e lucros, sendo que o grupo passou a controlar grande parcela da exploração de recursos naturais, tais como diamantes, petróleo e madeira (ARIEFF, 2014; CAMPOS *et al.*, 2016).

Em 2013, houve a tentativa de um acordo de paz. Todavia, o presidente foi deposto e Michel Djotodia, líder do grupo Séléka, assumiu seu cargo. Diante da falta de recursos e dificuldades econômicas, Djotodia tentou desfazer essa coalizão. Porém, seus antigos membros passaram a saquear a população, fazendo com que as comunidades majoritariamente cristãs criassem milícias para combatê-los, nomeadas “Anti-Balaka”. Por conseguinte, grupos cristãos e muçulmanos iniciaram um conflito sectário nunca antes visto na história da RCA (ARIEFF, 2014; CARAYANNIS; LOMBARD, 2015; GLAWION; VRIES, 2018; SMITH, 2015).

Historicamente, por um lado, os muçulmanos quase não tiveram participação no governo e são apontados como estrangeiros, devido à proximidade física ao Sudão e ao Chade, países de maioria muçulmana. Por outro, eles controlavam grande parte do comércio em diversas áreas. Ademais, os cristãos compõem 80% da população enquanto os muçulmanos apenas 15%. Nesse sentido, as principais áreas atingidas por embates foram o noroeste e a capital, onde o poder se concentra e há maior diversidade étnica. Foram relatados múltiplos casos de tortura, assassinato, perseguição, destruição de casas e locais religiosos por parte dos grupos Sélékas e Anti-Balakas (ARIEFF, 2014; ABDENUR; KUELE, 2017; CAMPOS, *et al.*, 2016).

Com o aumento dos embates sectários e dos crimes de guerra, a França enviou soldados observadores que constataram a gravidade do conflito no país, relatando dados de que 1/3 da população havia sido expulsa de suas casas e mais de 100.000 pessoas se refugiaram no aeroporto de Bangui (SMITH, 2015). Diante desse quadro, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) aprovou por meio da Resolução 2127 o envio da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA, sigla em francês), organizada pela União Africana (UA). A França também criou a Operação Sangaris, em que forneceu 1.600 militares para trabalharem em conjunto com

a MISCA (ARIEFF, 2014; CAMPOS, *et al.*, 2016; CSNU, 2013; GLAWION; VRIES, 2018).

A Operação Sangaris e a MISCA tiveram avanços significativos, no entanto não conseguiram firmar um cessar-fogo e nem mesmo minimizar o conflito entre as duas maiores milícias centro-africanas. Cerca de 130.000 muçulmanos foram expulsos da capital pelos Anti-Balakas, levando à divisão dos Selékas e segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), até 2014 havia cerca de 650 mil deslocados internamente e mais de 290 mil refugiados em países vizinhos (SMITH, 2015; UN, 2014).

Depois de sofrerem pressões internacionais, Djotodia e o primeiro-ministro renunciaram aos seus cargos. Em seguida, Catherine Samba-Panza foi eleita presidente interina junto a um Conselho Nacional de Transição e o CSNU autorizou a Força da União Europeia na República Centro-Africana (EUFOR RCA) para auxiliar as tropas já presentes no país, diante do alerta para a possibilidade de um genocídio. Em abril de 2014, foi permitida a transferência da MISCA para uma missão de paz multidimensional. Autorizada pela própria ONU (Resolução 2149), foi implementada a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) com mandato prioritário de proteção de civis. Em julho, foi assinado o Acordo de Brazzaville, o qual previa que cessassem as hostilidades e que o processo de reconciliação fosse promovido. O acordo foi desrespeitado em razão de ataques contínuos (ARIEFF, 2014; CAMPOS *et al.*, 2016; CSNU, 2014; GLAWION; VRIES, 2018; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017).

Já em 2015, foi realizado o Fórum Nacional de Bangui, em que foi firmado o Pacto Republicano para a Paz, Reconciliação Nacional e Reconstrução, gerando o Plano Nacional para a Recuperação e Construção da Paz (RCpCA) e as forças militares francesas e da União Europeia começaram a se retirar. Um dos maiores problemas da reconciliação é que os grupos armados dominam as questões financeiras do país por meio de sequestros, extorsões, controle de estradas, minérios e terras férteis (CAMPOS *et al.*, 2016, KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017).

Assim, as hostilidades não foram interrompidas e em setembro iniciou-se uma nova onda de violência na região. O problema na RCA se agravou depois de relatos e denúncias de abusos sexuais contra crianças e mulheres por parte de quem deveria protegê-los, os *peacekeepers*³. Mesmo com o início das investigações por parte da ONU,

³ Os *peacekeepers* são os componentes de Missões de Paz.

os grupos armados e a população não confiavam na Missão e, por isso, os trabalhadores passaram a sofrer retaliações, como ataques às suas instalações e confrontos diretos (CARAYANNIS; FOWLIS, 2017; UN, 2015).

Após postergações, em dezembro, foram realizadas eleições e o referendo para a nova Constituição, que foi aprovada. Em 2016, Faustin-Archange Touadéra foi eleito. Em outubro desse mesmo ano, encerrou-se a Missão Sangaris no país, mantendo ainda alguns soldados como apoio à MINUSCA. Mesmo após o cenário otimista que surgiu com os resultados das votações e o acordo de paz, grupos ex-Séléka e Anti-Balaka continuaram a se fragmentar, se unir e agir criminosamente. A união inclusive entre esses inimigos demonstra que a disputa ultrapassa a questão religiosa, assumindo vieses políticos e econômicos (FRANCE..., 2016; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017).

Atualmente, destacam-se os embates entre a União para a Paz na República Centro Africana (UPC) da etnia Fulani e a Frente Popular para o Renascimento na República Centro-Africana (FPRC) das comunidades Gula e Runga. Além disso, há outros grupos como o Movimento Patriota Centro-Africano (MPC) e as milícias do bairro muçulmano PK5, totalizando ao menos 14 grupos armados mais ativos, os quais atuam por meio de sistema paralelos ou até servindo como substitutos do Estado. Com o decorrer do conflito, as linhas estritamente religiosas foram deixadas para trás, adquirindo traços étnicos, em que muçulmanos começaram a combater muçulmanos de diferentes etnias por exemplo, o que ampliou a incidência da violência contra civis (GLAWION; VRIES, 2018; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019; KLEINFELD, 2017).

Em fevereiro de 2019, foi assinado o Acordo de Cartum entre o governo e quatorze grupos rebeldes reconhecidos, prevendo um governo de unidade nacional, reunindo as diferentes forças políticas e sociais, e uma Comissão da Verdade, Reconciliação e Compensação, além de brigadas mistas sob o comando da MINUSCA. Esse acordo foi bem visto pela comunidade internacional, tendo a UA como mediadora (CENTRAL..., 2019; FRÖHLICH, 2019). No entanto, seis meses depois, verificaram-se diversas violações a ele, especialmente vindas do grupo Retorno, Recuperação e Reabilitação (3R). Ainda que alguns embates tenham reduzido, a situação continua preocupante, fazendo com que o acordo seja considerado frágil e havendo o medo de que ele não aborde o cerne do conflito (VAN EYSEN, 2019).

Assim sendo, o presidente Touadéra não está conseguindo agir muito além da capital, o que faz com que grande parcela do país ainda esteja sob controle de rebeldes. Novos incidentes violentos ocorrem ao norte e centro do país, como forma de exercer

pressão no processo político. No noroeste da RCA, a criminalidade ocorre devido à competição sobre o controle do mercado de gado e rotas migratórias sazonais, incluindo a ação do 3R. Ao leste, constata-se ocorrências ligadas ao Exército de Resistência do Senhor (LRA), grupo armado cristão originário de Uganda. Disputas por recursos naturais acontecem entre comunidades fazendeiras e pastorais, sendo aquelas formadas principalmente por cristãos e estas por muçulmanos, podendo intensificar o aspecto religioso. Em Bangui, alguns focos de violência entre grupos religiosos ocorrem esporadicamente (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017; VAN EYSSSEN, 2019).

É importante enfatizar que muito do conflito e seu desenrolar advêm da interferência de atores externos, devido a interesses regionais e internacionais. O Chade e a República do Congo são importantes mediadores regionais. Contudo, forças chadianas já foram acusadas de participar de ações Séléka. O antigo presidente do Chade, Idriss Déby, foi o responsável por trazer Bozizé ao poder, mas a milícia chadiana, insatisfeita, passou a apoiar os Séléka e permitiu que Djotodia tomasse o poder. Com a nova instabilidade, Déby retirou seu apoio e incentivou o governo de transição. Os conflitos no Chade e em Darfur, no Sudão, também impactam na RCA, visto que muitos grupos armados acabam se abrigando neste país e já compuseram grande parte dos Séléka. Além disso, houve aumento da influência desses dois Estados no território centro-africano. A República do Congo, Camarões e Angola variam em seus posicionamentos em relação à RCA, conforme os cenários econômicos, políticos e de segurança. Camarões havia recebido Bozizé na primeira vez que ele se exilou. Após esse ocorrido, o país passou a atuar com baixo perfil na resolução do conflito, mas manteve seus interesses econômicos. A África do Sul aparentemente estava se aproximando do governo de Bozizé, chegando a enviar tropas a partir de uma ação de segurança bilateral. Como mencionado, algumas organizações como a UA, ONU, União Europeia também são atuantes no país. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) é responsável por mediar os esforços de paz, ao mesmo tempo em que o organismo sofre os impactos das rivalidades regionais e com a falta de capacidade para executar determinadas medidas. Citada constantemente, a França, devido à colonização na RCA, realizou e ainda realiza atividades no país. Alguns autores ainda destacam a atuação de países como RDC, Rússia e China (ARIEFF, 2014; KNOOPE; BUCHANAN-CLARKE, 2017; VAN EYSSSEN, 2019).

Segundo dados da *Human Rights Watch* (2021), a situação humanitária é delicada e preocupante, visto que a totalidade de refugiados advindos do conflito é de cerca de 622 mil e de deslocados internos de 623 mil. A necessidade de ajuda humanitária atinge 2,6 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca da metade da população total de 4,6 milhões. São relatadas constantes violações aos direitos humanos como abusos sexuais, perseguições e violência em massa, mas que ainda estão impunes (HRW, 2021).

São diversos os desafios, como mencionado: conflito interno, a ausência da capacidade de governar em todo país, influências externas e disputas políticas e por recursos. A MINUSCA é importante para a República Centro-Africana, pois executa trabalhos relevantes como por exemplo o trabalho de gênero em algumas regiões do país. Assim, a missão tem realizado as atividades propostas para a resolução do conflito, no entanto, é importante aprofundar os estudos e pesquisas sobre a eficácia dessas atividades e estratégias utilizadas pelas Nações Unidas em prol da estabilização real do país.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. E.; KUELE, G. **República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito**. Instituto Igarapé, Policy Brief, n. 1, dez. 2017. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CONSOLIDADO_ICP-2017-Policy-Brief-RCA-PT-Dez21.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.
- ARIEFF, Alexis. **Crisis in the Central African Republic**. 2014. Disponível em: www.everycrsreport.com/files/20140514_R43377_fd63eb8fea3e1e146401f7a2329aad333996d2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.
- BLONDEL, Brice. April 14, 2008. 1 fotografia. Disponível em: www.flickr.com/photos/hdptcar/2421700232/. Acesso em: 17. jun. 2021.
- CAMPOS, Ligia M. C. L.; SANTOS, Jéssica T.; VIEIRA, Nathália G. A.; SILVA, Yasmin. V. **R. O Conflito na República Centro Africana**. Série Conflitos Internacionais, v. 3, p. 1-7, 2016.
- CARAYANNIS, T.; FOWLIS, M. **Lessons from African Union–United Nations cooperation in peace operations in the Central African Republic**. *African Security Review*, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10246029.2017.1302707>. Acesso em: 04 jul. 2020.
- CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. Making Sense of CAR: An introduction. *In*: CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.). **Making Sense of the Central African Republic**. London: Zed Books Ltd., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5040/9781350221246>.
- CENTRAL AFRICAN REPUBLIC SIGNS “IMMEDIATE” PEACE DEAL WITH REBEL GROUPS. **Deutsche Welle**, Bonn, 20 jun. 2017. Disponível em: www.dw.com/en/central-african-republic-signs-immediate-peace-deal-with-rebel-groups/a-39320890. Acesso em: 21 set. 2019.
- UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **Resolution 2127 (2013)**. 2013. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/761853/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **Resolution 2149 (2014)**. 2014. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/768393>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FRANCE ENDS SANGARIS MILITARY OPERATION IN CAR. **BBC**, Londres, 31 out. 2016. Disponível em: www.bbc.com/news/world-africa-37823047. Acesso em: 21 set. 2019.

FRÖHLICH, Silja. **New hope for the Central African Republic**. Deutsche Welle, Bonn, 05 fev. 2019. Disponível em: www.dw.com/en/new-hope-for-the-central-african-republic/a-47373650. Acesso em: 21 set. 2019.

GLAWION, Tim; VRIES, Lotje de. **Ruptures revoked: why the central african republic's unprecedented crisis has not altered deep-seated patterns of governance**. *Journal Of Modern African Studies*, Cambridge, v. 56, n. 3, p. 421-442, ago. 2018.

HUMANITARIAN DATA EXCHANGE. **Central African Republic: Conflict Data**. Disponível em: <https://data.humdata.org/dataset/ucdp-data-for-central-african-republic>. Acesso em: 20 set. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2019. **Central African Republic: Events of 2018**. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/central-african-republic>. Acesso em: 20 set. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2021. **Central African Republic: Events of 2020**. Disponível em: www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/central-african-republic. Acesso em: 17 abr. 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Central African Republic: anatomy of a phantom state**. Crisis Group Africa Report, n. 136, 13 dec. 2007.

KLEINFELD, Philip. **Central African Republic: What's gone wrong?**. The New Humanitarian, Genebra, 24 fev. 2017. Disponível em: www.thenewhumanitarian.org/analysis/2017/02/24/central-african-republic-what-s-gone-wrong. Acesso em 21 set. 2019.

KNOOPE, Peter; BUCHANAN-CLARKE, Stephen. **Central African Republic: A Conflict Misunderstood**. Cidade do Cabo: The Institute For Justice And Reconciliation, 2017.

LOMBARD, L. A Brief Political History of the Central African Republic. **Culanth**, 11 jul. 2014. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/a-brief-political-history-of-the-central-african-republic> Acesso em: 23 jun. 2020.

LOMBARD, L. **State of Rebellion: Violence and Intervention in the Central African Republic**. Zed Books: London, 2016. <https://doi.org/10.5040/9781350222786>

UNITED NATIONS. MINUSCA. **Mandate**. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/mandate>. Acesso em: 20 set. 2019.

OCHA. **Humanitarian Response Plan: January-December 2019**, Central African Republic. 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2018_hrp_CAR_english_final_0.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

OLIN, N. Pathologies of Peacekeeping and Peacebuilding in CAR. *In*: CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.). **Making Sense of the Central African Republic**. London: Zed Books Ltd., 2015. <https://doi.org/10.5040/9781350221246.ch-009>.

SCHMIDT, E. **Foreign Intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror**. New York: Cambridge, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139021371>.

SMITH, S. W. CAR's History: The past of a Tense present. *In*: CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.). **Making Sense of the Central African Republic**. London: Zed Books Ltd., 2015. <https://doi.org/10.5040/9781350221246.ch-002>.

UN. Ataque na República Centro-Africana fere funcionário da Cruz Vermelha. 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/08/1522131>. Acesso em: 17 abr. 2021.

UN. Guterres teme mais extremistas em África, após conflito centro-africano. 2014. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2014/03/1092901>. Acesso em: 17 abr. 2021.

UN. **Resolution 2448 (2018)**. 2018. Disponível em: https://minusca.unmissions.org/sites/default/files/_resolution_2448_2018.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

VAN EYSSSEN, Benita. Central African Republic peace deal – violated and fragile. **Deutsche Welle**, Bonn, 15 ago. 2019. Disponível em: www.dw.com/en/central-african-republic-peace-deal-violated-and-fragile/a-50039847. Acesso em 21 set. 2019.

WOHLERS, L. D. A Central African Elite Perspective on the Struggles of the Central African Republic. *In*: CARAYANNIS, T.; LOMBARD, L. (Orgs.) **Making Sense of the Central African Republic**. London: Zed Books Ltd., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5040/9781350221246.ch-013>.